

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MAIS DE 120 MIL IDOSOS TRABALHAM NO ESTADO

Eles adiam a aposentadoria para complementar a renda

✎ **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

Em quatro anos, o número de idosos ativos no mercado de trabalho - ocupados ou não - cresceu no Espírito Santo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mesmo período, o número de trabalhadores entre 14 e 24 anos caiu.

A participação de pessoas com 60 anos ou mais na força de trabalho passou de 109 mil em 2012 para 124 mil em 2016, ou seja, 15 mil idosos a mais estão hoje no mercado do que há 4 anos. Os dois indicadores se referem ao primeiro trimestre dos dois anos - um aumento de 13,76%. Na faixa de 14 a 24 anos, a participação caiu de 373 mil para 327 mil pessoas, uma redução de 12,34%. São consideradas na força de trabalho pessoas ocupadas e desocupadas em busca de trabalho.

Um movimento acelerado por conta da crise econômica, explica a diretora de estudos e pesquisas do Instituto Jones Santos Neves, Ana Carolina Giuberti.

“A crise desestimula o jo-



GUILHERME FERRARI

Novos ares

Aposentada desde 2009, Claudete Federici, 62 anos, abriu uma sorveteria depois de atuar como consultora para o banco em que trabalhava.

“O fator previdenciário levou 30% do rendimento; tive que continuar trabalhando. Há um ano, abri uma sorveteria. Tenho muita disposição”

— **CLAUDETE FEDERICI EMPRESÁRIA E APOSENTADA**

vem a buscar emprego e faz o idoso adiar a aposentadoria, pois isso pode significar redução da renda. Outra situação é a volta ao mercado para complementar renda

ou por causa de perdas com a inflação ou porque membros da família perderam o emprego”, analisa.

A diretora observa que, na crise, há menos oportu-

nidades para os jovens, pois ainda estão se qualificando. “Quando olhamos o dado de desocupação, o jovem de 14 a 17 anos tem um taxa de desocupação alta, em torno

de 45%, e isso desestimula o jovem a entrar no mercado de trabalho porque sabe que não conseguirá emprego”.

EXPERIÊNCIA

De acordo com o economista e professor da UVV, Antonio Marcus Machado, a experiência que os idosos têm é um item valorizado pelo empregador: “A empresa investiu em cursos, treinamentos para esse trabalhador... Quando as empresas precisam se manter solventes, pagando em dia, a experiência e a qualificação são aspectos bons porque ajudam na produtividade e na estabilidade”.

Outra questão é que muita gente que estava como autônomo se formalizou, explica Antonio Marcus.

A pesquisadora da OPE Sociais, Danielle Nascimento, lembra que o dado esbarra também na transição demográfica que o país vive. “Como a população está envelhecendo, é natural que a idade dos trabalhadores fique mais elevada – as pessoas vivem mais e trabalham mais”, diz.

No entanto, segundo ela,

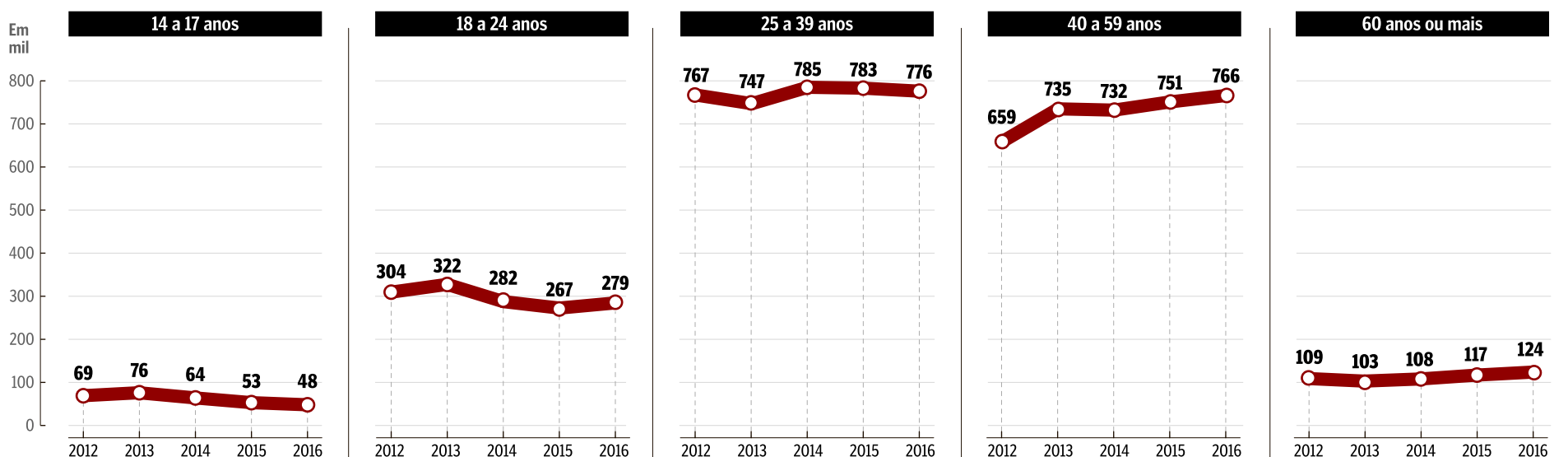
é preciso ponderar onde esse idoso que se reinsere no mercado está trabalhando, se ele se requalificou para voltar a trabalhar ou está subocupado em postos precários ou na informalidade.

O segundo movimento, avalia Danielle, é o dos jovens. “À medida em que a população se escolariza mais, ela passa mais tempo dedicada aos estudos e menos ao mercado de trabalho. Quando o não trabalho é em detrimento de mais estudo, isso é bom, porque no futuro teremos uma mão de obra mais qualificada. O problema aparece quando essa população mais jovem não estuda e não trabalha”.

É preciso se preparar, frisa a pesquisadora. “Enquanto o Brasil já tem expectativa de vida semelhante a países desenvolvidos, a escolaridade, postos de trabalho e remuneração permanecem em patamares reduzidos. Isso é uma fórmula do insucesso: população mais velha no mercado, sem escolaridade, sem remuneração adequada em postos sem qualidade podem gerar problemas sociais futuros”.

MERCADO DE TRABALHO

PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, OCUPADAS E DESOCUPADAS, NO ESPÍRITO SANTO



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Infografia | Marcelo Franco

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Trabalhar mais para aumentar o benefício

Valor da aposentadoria leva trabalhador a seguir no mercado e, depois, pedir revisão na Justiça

▄ Pendurar as chuteiras cedo e o baixo valor dos benefícios são os principais fatores que levam o brasileiro a seguir trabalhando mesmo formalmente aposentados. É o que explica o advogado previdenciário, Geraldo Benício. E quem continua contribuindo tem a chance de pedir na Justiça a desaposentação e melhorar o valor recebido.

“É comum no Brasil as pessoas se aposentarem e continuarem trabalhando. O valor das aposentadorias obrigam a voltar para o mercado para manter o padrão de vida de

quando estava na ativa”, detalha o advogado.

Segundo ele, esse fenômeno também é um reflexo da ausência da idade mínima para aposentadoria na legislação brasileira.

NECESSIDADE

“O Brasil está entre os quatro do mundo que ainda não implementaram a idade mínima. É uma questão de necessidade hoje para o país, não adianta as pessoas se aposentarem mais cedo e não terem como receber o benefício no futuro. A questão da idade mínima está ligada ao aumento da expectativa de vida. Quando se criou a regra por tempo de contribuição, o tempo era 30 anos, mas a expectativa de vida era de

46. Hoje, as pessoas se aposentam com 47, 50 anos e vivem até 80. Muitos recebem o benefício por mais que contribuíram. Regime nenhum consegue sustentar essa situação”, opina.

Diante dessa situação, a desaposentação é uma questão de justiça, diz ele. “Quem voltou para o mercado de trabalho porque está recebendo hoje um benefício achatado pela inflação, vai ter uma oportunidade para recuperar essa perda. Há muitas pessoas que voltaram para o mercado e vão ter um ganho de 30%, 40% a mais. É justo porque essas pessoas vêm contribuindo com o INSS e não têm nenhum retorno por isso. Milhares de trabalhadores estão nessa situação”, pontua.



GUILHERME FERRARI

Previdência: proposta de reforma cortará pensões, eliminando valor integral

Reforma vai reduzir valor de pensões

▄ A proposta de reforma da Previdência atinge em cheio os pensionistas. A ideia é desvincular o benefício de quem ganha um salário mínimo, atrelado hoje ao reajuste do piso, que passaria a ser corrigido só pela inflação. Além disso, o valor da pensão deixará de ser integral, sendo reduzido à metade, acrescido de 10% por dependente. A nova regra valerá para os setores pú-

blico e privado.

A mudança, na prática, vai fazer com que os novos pensionistas recebam uma pensão inferior ao salário mínimo. E quem já recebe o benefício ficaria sem direito a ganhos reais. Além disso, não será mais possível acumular pensão e aposentadoria e, neste caso, o segurado terá que optar pelo benefício de maior valor.

Além dos pensionistas, o governo pretende mexer

com os grupos de segurados que atualmente não contribuem para a Previdência ou não recolheram o suficiente e, mesmo assim, têm direito aos benefícios, como o segurado especial (rural). Para os trabalhadores rurais, que podem se aposentar apenas com a comprovação do exercício de atividade no campo, será exigida uma contribuição e idade mínima de 65 anos para se aposentar.